



**TRT-16ª REGIÃO**  
Maranhão  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**Comissão de Acessibilidade e Inclusão**

**Ata de Reunião da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TRT 16ª Região**

Às dez horas do dia **vinte e cinco de junho de 2021**, sob a presidência da magistrada Dra Juacema Aguiar Costa, Juíza Titular da 6ª Vara do Trabalho de São Luís, deu-se início à reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, por videoconferência através da ferramenta Google Meet, com a participação do procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, Dr Maurel Mamede Selares, do secretário de Administração, servidor Edmundo Mendes Carvalho Júnior, e das advogadas, Dra Sandra Gonçalves Macedo e Dra Maria Wilzanira Batista Ferreira. Após cumprimentar os participantes, a presidente da Comissão deu início à reunião cuja pauta principal versou sobre inclusão de terceirizados e estagiários com deficiência no âmbito do TRT da 16ª Região, nos termos do art. 93 da Lei no 8.213/199 e das diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário definidas na Resolução CNJ nº 401/2021. Destacando a relevância do cumprimento da legislação, a presidente da Comissão determinou a leitura de ofício encaminhado à Secretaria de Coordenação Administrativa no qual fora solicitado informações sobre a matéria. Em seguida, o secretário administrativo se manifestou, reiterando as informações já prestadas à Comissão através do Ofício SADM nº 85/2021, acrescentando que aquela unidade se comprometeria em promover uma fiscalização mais atuante nos contratos de mão de obra terceirizada. Sobre os contratos de estagiários, cujos editais de seletivos já constam reserva de 10% das vagas para estudantes com deficiência, a servidora Tatiana Lacerda explicou que nem sempre a demanda de candidatos inscritos no seletivo é suficiente para cumprir o percentual de 10% definido no edital. O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da 16ª Região fez uma breve exposição da atuação da Procuradoria do Trabalho objetivando o cumprimento da legislação pelas empresas. Ele também parabenizou o Tribunal pelo engajamento na efetividade da inclusão de pessoas com deficiência. Com base na experiência da PRT-16, o procurador-chefe sugeriu que a secretaria administrativa elabore o levantamento de todas as empresas terceirizadas, incluindo as de vigilância, verificando o cumprimento da cota estabelecida na legislação e que, em caso de descumprimento, seja dado conhecimento ao MPT para adoção de providências cabíveis mediante Termo de Ajuste de Conduta, ações civis públicas. Posteriormente, acrescentou que, nos ofícios de contato com as empresas, seja mencionado que haverá encaminhamento ao MPT para as providências necessárias em caso de descumprimento da lei, alertando que a questão não será tratada apenas no âmbito administrativo, mas também junto



TRT-16ª REGIÃO  
Maranhão

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**Comissão de Acessibilidade e Inclusão**

à Procuradoria do Trabalho. Em seguida, o secretário administrativo disse que vai reiterar o contato com as empresas terceirizadas, seguindo a contribuição do procurador na presente reunião, para lembrar a necessidade de cumprimento das cotas, informando ainda que os casos de desobediência serão levados ao conhecimento da Diretoria-Geral com a recomendação de que seja oficiado o MPT. Após, Dra Juacema propôs que no ofício a ser encaminhado às empresas conste a atuação da Comissão de Acessibilidade na fiscalização interna visando o cumprimento das normas de proteção da pessoa com deficiência, que seja dado prazo máximo de 30 dias para informarem se foram envidados esforços para o cumprimento das cotas e que os casos de descumprimentos serão oficiados ao MPT pela Comissão de Acessibilidade, visando dar celeridade e simplificação no contato com a Procuradoria do Trabalho. Foi destacada pela secretária da Comissão a necessidade de novas parcerias com o MPT da 16ª Região para criação de rede interinstitucional e campanhas educativas em defesa dos direitos da pessoa com deficiência. O servidor Gustavo Napoleão informou que a EJUD16 tem a intenção de realizar curso de Libras e palestras ainda este ano, solicitando a colaboração dos membros da Comissão para sugestão palestrantes, cursos e datas compatíveis com o calendário de acessibilidade. A advogada Dra Sandra registrou a satisfação de participar da reunião com Dr Maurel, acrescentando que a experiência do MPT se soma à atuação do Tribunal para o cumprimento das cotas dos terceirizados e estagiários, contribuindo para fortalecer a atuação tanto do MPT, quanto do TRT e da OAB junto à sociedade. Após considerações finais, a presidente deu por encerrada a reunião, autorizando, em seguida, a lavratura da ata que segue com a lista de presença dos membros da Comissão e convidados.

**Juacema Aguiar Costa**  
Presidente da Comissão

**Gisélia Castro Silva**  
Secretária da Comissão

**Nikole Melo de Mendonça**  
Representante da Seção de Engenharia

**Marilda Amorim Pereira de Sousa**  
Representante do Setor de Saúde

**Gilberto Cunha Filho**  
Representante da CTIC

**Fernando Rôla Ferreira Filho**  
Representante da CTIC



TRT-16ª REGIÃO  
Maranhão

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**Comissão de Acessibilidade e Inclusão**

**Gustavo Napoleão Paiva Araújo**

Representante da EJUD16

**Convidados:**

**Dr. Maurel Mamede Selares**

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região

**Edmundo Mendes Carvalho Júnior**

Secretário de Administração

**Sandra Gonçalves Macedo**

Presidente da Comissão da Advocacia Trabalhista (OAB-MA)

**Maria Wilzanira Batista Ferreira**

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (OAB-MA)

**Tatiana de Moraes Lacerda**

Servidora da Secretaria de Coordenação Administrativa